

## **Interpretações sobre a família escrava brasileira: de Casa Grande e Senzala, à nova história cultural.**

FERNANDO BARCELLOS BEZERRA VILARIM DE MELO\*

O tema da família escrava no Brasil é permeado por várias análises culturalistas. Estas desenvolvidas por autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, cujas obras foram tomadas como importantes referenciais formadores da idéia de identidade nacional.

Dentre estes, Gilberto Freyre, nascido na cidade de Recife em 1900, filho de família aristocrática, foi considerado um dos grandes autores que através de seus livros traçou um panorama importante da sociedade brasileira. Sua mais famosa obra foi Casa Grande e Senzala, lançado em 1933, onde se utilizou de arquivos nacionais e estrangeiros para compor sua análise. Freyre revolucionou os estudos sociais brasileiros tanto pela novidade dos conceitos e métodos utilizados quanto pela qualidade literária.

Devido ao reconhecimento do trabalho deste autor no meio acadêmico, literário, e midiático, pela forma que se propunha a escrever sobre os processos de formação do povo brasileiro, de forma clara e objetiva, fez com que suas opiniões fossem respeitadas. E o uso de diversas fontes para compilação de sua obra deu aos estudos sociais novos caminhos para explorar o estudo das sociedades. Além de documentos oficiais e testamentos, fez uso também de cantigas, história oral, receitas, ampliando assim o leque de fontes que poderiam ser utilizadas para recompor uma história.

Dentre a sua abordagem de análise da sociedade brasileira, foi apresentada a questão do negro escravo, ou mais propriamente da negra escrava. Para compor a sua narrativa, Freyre utilizou como base documental relatos de viajantes, livros, diários e artigos, nos quais estava implícita a forma como os estrangeiros viram a sociedade brasileira do século XIX, e especificamente como fizeram seus registros sobre o escravo e suas formações familiares.

Na obra Casa Grande e Senzala, mais precisamente nos dois últimos capítulos – “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro” e “O escravo negro na vida

---

\* Graduado em Licenciatura Plena em História na UFRPE

sexual e de família do brasileiro (Continuação)” – são apresentados estudos que mostram como era a vivência do negro atrelado ao sistema patriarcal, suas obrigações, suas privações, as formas como a sua cultura de herança africana se inseria no meio da casa grande através de sua culinária, cantigas e através do uso de seu corpo. É nestes dois capítulos que a situação da escravidão é vista na sua intimidade. Os abusos das senhoras sobre o corpo de suas negras com castigos, as crianças da casa que usavam os filhos das negras como brinquedos, o senhor que se utilizava das servas da casa para seu uso de forma sexual, sem que o escravo tivesse a oportunidade de fazer valer a sua vontade. Na sua situação de escravo não tinha direitos sobre si.

Algumas passagens do livro podem ser analisadas acerca da forma como a negra escrava foi descrita; por exemplo, na passagem: “Da (mulata) que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento a primeira sensação completa de homem” (FREYRE,1995: 283), ou mesmo em : “Conhecem-se casos no Brasil, não só de predileção, mas de exclusivismo; homens brancos que só gozam com negra” (FREYRE,1995: 284)

Nos dois trechos acima citados da obra se nota o viés que Freyre toma ao tratar das negras percebendo que a sexualidade destas eram a serviço e deleite do branco. A negra neste contexto não tem sentimentos ou vontades, até porque o ponto de vista do escravo nunca aparece na obra nem de forma especulativa; a negra neste caso, era um meio para um fim, apenas o prazer sexual.

Numa outra passagem da sua obra, há um relato que Gilberto Freyre utilizou do Viajante Dampier, do qual pouco trata no livro, mas utiliza seu registro, passagem descrevendo que relacionamentos entre colonos e negras até existiam, mas tinham suas ressalvas.

Dampier, que esteve na Bahia no século XVII, soube de vários colonos amasiados com negras (...) Já não eram as relações dos portugueses com as pretas as de pura animalidade dos primeiros tempos, muita africana conseguia impor-se ao respeito dos brancos, umas pelo temor inspirado pelas suas mandingas; outras como as Mina, pelos seus quindins e pela sua finura de mulher. Daí ter uma minoria delas conquistado para si uma situação quase idêntica a que o moralismo parcial dos jesuítas só soubera assegurar para as índias. Situação de ‘caseiras’ ou ‘concubinas’ dos brancos; e não exclusivamente de animais engordados nas senzalas para o gozo físico dos senhores e aumento do seu capital-homem. (FREYRE,1995: 427)

Neste trecho supracitado percebemos que as relações na colônia se formavam também entre negras e colonos. Mas havia o perigo de mandingas ou magias ocultas que poderiam recair sobre o colono ou homem branco neste relacionamento. A culinária era algo que poderia também prender o colono a este relacionamento.

O sentimento não é ressaltado como um elo entre estes dois. O medo e a culinária tem papel de destaque nesta passagem, muito devido à crença de que estes escravos eram imbuídos de poderes mágicos trazidos de suas terras de além mar, assim como a sua culinária, a qual segundo Freyre deram novo sabor às comidas do Novo Mundo português, com suas receitas, misturas e conhecimentos trazidos também da África. (FREYRE, 1995: 427)

E mesmo no final do trecho acima destacado, Freyre apresenta uma mudança na essa relação com as negras, antes nem consideradas mulheres, mas animais como quais quer outro sujeito a engorda ou aos desejos do seu senhor.

Através desta passagem percebe-se como era feita a descrição da negra, nos anos 30 do século XX, quando se remetia ao período da escravidão.

Esta negra que, de forma generalizada, não cria suas unidades familiares próprias, pelo próprio sistema patriarcal e mandatário no qual está vivendo, segundo o contexto do livro. Além de ter sua liberdade castrada, ainda carregava a culpa por chagas ou doenças as quais por ventura poderiam se infiltrar no seio da família do senhor, como mostra esta passagem do abaixo:

A sífilis fez sempre o que quis no Brasil patriarcal. Matou, cegou, deformou a vontade. Fez abortar mulheres. Levou anjinhos para o céu. Uma serpente criada dentro de casa sem ninguém fazer caso de seu veneno. O sangue envenenado rebentava em feridas. Coçavam-se então as perebas ou as ‘cabidelas’, tomavam-se garrafadas, chupavam-se caju. A sifilização do Brasil – admitida a sua origem extra-americana – vimos, as primeiras páginas desse trabalho que data do século XVI. Mas no ambiente voluptuoso as casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, mulecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagavam, mais à vontade, através da prostituição doméstica – sempre menos higiênica que a dos bordéis.(FREYRE, 1995: 318)

A prostituição doméstica era algo presente e danoso para ambas as partes, se para a negra era ruim por ter seu corpo abusado, para o senhor poderia ser ainda pior, pois havia o risco de contrair a doença. A sífilis descreve Freyre, deixou marcas na sociedade, aleijava, cegava, era ao mesmo tempo a marca que ostentava o jovem branco denotando sua vida sexual ativa, trazia para a morte para dentro de casa. Não só a sífilis, mas também a gonorréia que não tinha tratamento faziam crianças nascerem cegas, ou causar esterilidade entre as mulheres. (MIRANDA, 2004).

Gilberto Freyre cita outro viajante, um francês: Le Gentil de La Barbinais, visitante da colônia portuguesa no século XVII. Gentil ressalta em seu livro outra as doenças venéreas, sendo mais uma vez ressaltadas e atreladas a questão da negra escrava.

Atribuem alguns cronistas da escravidão, grande importância a prostituição das negras, mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio. Enfeitavam as mulecas de correntes de ouro pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia. Os negros e as pretas chamados de ganho, serviam para tudo no Brasil; vender azeite-de-carrapatado, bolo, cuscuz, manga, banana, carregar fardos, transportar água dos chafarizes as casas dos pobres – trazendo de tarde os proventos para o senhor e a acreditarmos em La Barbinais, serviam até para isso... Mas admitida uma exceção outra, não foram senhoras de família, mas brancas desclassificadas que assim exploraram as escravas. As vezes negrinhas de dez, doze anos, já estavam nas ruas se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros, ingleses e franceses com uma fome doida de mulher. E toda essa superexcitação dos gigantes louros, bestiais, descarregava-se sobre mulequinhas; e a além da superexcitação, a sífilis, as doenças do mundo, das quatro partes do mundo; as podridões internacionais do sangue. (FREYRE, 1998: 449)

Esta é uma das passagens, descrita em Casa Grande e Senzala baseada nas observações do viajante sobre o cotidiano deste negro escravizado que para tudo servia, inclusive para trabalhos de ganho onde o produto negociado era o próprio corpo da escrava.

Diferente do que foi destacado como “prostituição doméstica”, como Freyre descreve as relações sexuais entre negras escravas e senhores nas casas grandes, esta outra forma de prostituição já traz consigo um caráter comercial e cidadão. Por meio destas relações com escravas as doenças dos marinheiros passavam para seus corpos e o dinheiro passava para suas senhoras.

A formação familiar escrava para esta negra, segundo a obra, se tornava algo inexistente pelo próprio trabalho desempenhado. As relações com marinheiros poderiam lhe render doenças, poderiam resultar em filhos, e estes se não fossem abandonados na roda dos enjeitados, seriam também escravos e o corpo da mãe utilizado como ama de leite para outras crianças brancas. Na situação descrita, a experiência familiar que a negra teria seria apenas como provedora de lucros para sua senhora.

Na obra *Casa Grande e Senzala*, a escrava não assume qualquer papel em foco. Mas aparece destacada em muitos trechos que a depreciam, como nesta passagem acima citada.

Mesmo quando Freyre trata do tema casamento entre escravos, faz as suas ressalvas:

Opõem se alguns senhores aos casamentos dos escravos e escravas' escreveu o jesuíta Andreoni, 'e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem e lhes dão princípio dizendo : Tu fulano, a seu tempo casarás com Fulana : e daí por diante os deixarão conversar, como se já fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casão, porque temem que enfadando-se do casamento se matem logo com peçonha ou com feitiço; não faltando entre eles mestres insignes. (FREYRE, 1995: 450)

Neste trecho do livro, o único onde trata de casamentos entre escravos, Freyre, relata palavras do jesuíta Andreoni e coloca o leitor a par de informações importantes.

Ele mostra que os senhores se opunham a casamentos. Foi exaltado que este tipo de enlace não era algo preterido pelos senhores; não havia a proibição sexual, mas o enlace permanente era algo desencorajado, o que leva a terceira observação que pode ser feita; o senhor poderia ter prejuízos com perdas de seus braços trabalhadores por peçonhas ou feitiços que poderiam ocorrer no seio da família escrava pelo advento que um possível futuro enfado pudesse trazer a este casamento.

As famílias escravas, no livro de Freyre, não são representadas como algo comum na sociedade brasileira. O autor fez o retrato de uma sociedade patriarcal, cuja escravidão se mostrou de tal forma, E a família para este negro é comumente a própria do senhor, sendo o escravo parte dela.

Daí os abusos de poder sobre o corpo do escravizado, sobre a sua vida em sociedade, a sua vida íntima, as prostituições de ganho, prostituições domésticas, a negra sendo colocada como o receptáculo de doenças, como a iniciadora do processo de sexualização do homem.

## **Abordagem simbólica: a relevância das afirmações em *Casa Grande Senzala***

Carlo Ginzburg em seu livro *Mitos, Emblemas e Sinais*, se propôs a estender em vários artigos sobre o poder dos mitos, os ecos que relações afirmativas deixam no consciente ou mesmo no inconsciente individual ou coletivo.

Em um de seus artigos, este autor fez uma análise de um dos curiosos pacientes de Freud em seu artigo “Freud, o homem dos lobos e os lobisomens” (GINZBURG, 1989: 207–217). Ginzburg descreve o conflito que se passou Freud com um paciente peculiar que tinha pesadelos que perturbavam muito suas noites.

Freud percebeu que dissolvido em sua linguagem inconsciente o paciente deixava antever que sentia os chamados de lobos, via-os sua janela durante os momentos de pesadelos. Sentia que estas “visitas” eram mais. Para o paciente representavam um convite tenebroso para a noite, para o mundo obscuro das criaturas da noite, para juntar-se aos lobos como um deles. Após estes momentos de agonia e medo durante o pesadelo, o paciente acordava em estado histérico.

Segundo Ginzburg, Freud então trata-o tentando com sua psicanálise, achar através de diálogos traumas que este paciente tenha tido com sua mãe, ou na fase infantil, ou na fase juvenil, mas sem sucesso.

Carlo Ginzburg faz uma análise de múltiplos contextos, de como Freud encaminhou seu direcionamento no tratamento. Cruzou com o local de nascimento do rapaz e neste misto de informações percebeu que o mesmo havia sido criado numa região da Europa, cujos mitos de lobisomem faziam parte da cultura local, de várias formas, desde forças que se diziam combatentes das “forças do mal”, pessoas que nasciam com marcas que os colocavam como estes defensores, ou pessoas que no decorrer de suas vidas se tornavam este ser maligno. Ginzburg percebeu estas crenças como algo disseminado através da cultura por parte de cantigas, chegando à conclusão da probabilidade deste paciente ter sido embalado enquanto criança por músicas do tipo que deixaram marcas do nos seu inconsciente, passando a se manifestar sob a forma de sonhos que o atormentavam as noites.

O que Carlo Ginzburg levou em consideração foi o contexto em que esta pessoa (o paciente de Freud) foi criado, os mitos, as lendas, a influência em seu meio e em sua formação tão enraizada, mesmo não sendo no seu mundo real, mas simbolicamente esta cultura assolava quando estava sonhado. (GINZBURG, 1989: 207–217)

Com esta passagem aparentemente simples o autor mostra o peso envolto no mito ou os símbolos de uma cultura, sua força, sua presença, a forma como se manifesta individualmente, ou podendo se estender para o coletivo.

Ginzburg demonstra, pois, através de seu livro *Mitos, Emblemas e Sinais*, a necessidade da contextualização; só assim pode-se compreender o lugar de enunciação para assim aumentar o leque interpretativo dos fatos e não fazer julgamentos sem base.

O início do século XX no Brasil era ainda formado por uma sociedade patriarcal, mesmo não mais com a escravidão em seu seio. Após a abolição este negro ex-escravo não foi totalmente absolvido por todos os extratos sociais, assim como os preconceitos ainda se apresentavam fortemente em grande parte desta sociedade. *Casa Grande e Senzala* é fruto do início do século XX, publicado em 1933, e assim absorveu muitos dos preconceitos de sua época.

Assim difundiram-se a partir de meados da década de 30 do século XX, estudos sobre a formação da sociedade brasileira, com base em livros como a obra de Gilberto Freyre. Para este autor, a família escrava teve pouca ou nenhuma relevância para a sociedade, gerando um equívoco histórico de décadas. E propagando o mito de que estes tipos de formações sociais ou não encontravam espaço nas malhas sociais patriarcais para existir, ou quando havia não eram mais que “amancebamentos”, ou mesmo que quando pudessem existir tais casamentos, não eram estimulados por medo de que estes homens sucumbissem às mazelas deste tipo de relacionamento, ao casar-se com pessoas (implícito) mulheres que conheciam poderem “mágicos” que poderiam ser danosos ao próprio sistema escravista, como já foi citado.

As décadas subsequentes acabaram por mostrar novos caminhos interpretativos para os mesmos dados, a quebra de mitos e a desmistificação dos mesmos acerca destas formações familiares.

## **Pequeno introdutório: Nova História Cultural**

A partir do século XIX o positivismo foi uma forma empirista subjugada à experimentação e à comprovação, fruto de um movimento iniciado com o Renascimento, derivando posteriormente no Iluminismo e seu exacerbado valor ao

racionalismo. Estes movimentos acabaram por gerar uma Escola Metódica, percebeu no Historicismo, no Marxismo, formas outras que tentavam ver o homem, ou seus traços através de outras nuances, como a econômica, por exemplo. Mas além de muitas outras vertentes, uma delas sobressaiu: a própria definição da História como ciência, e esta muito se espelhou, inicialmente, nas ciências naturais, na sua idéia de conceituação e separação dos objetos da qual tratava.

Assim o objeto desses historiadores deveria ser algo que pudesse ser analisado, quantificado, medido, cujo conteúdo fosse “verdades”. Partindo disto os documentos oficiais tomaram a frente.

Estava assim estipulada a perspectiva pela qual as verdades estariam com seu lugar garantido, similar ou lado a lado as ciências naturais.

Neste contexto de um novo projeto para a historiografia do início do século XX, Peter Burke em seu livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*, de forma bastante didática, nos traz a imensa contribuição de personalidades que surgiram da crítica a esta antiga forma do “fazer” da história, cujo nome forte foi Leopold von Ranke, sua desvalorização a história cultural e seu direcionamento para as fontes arquivísticas.

Peter Burke nos mostra que neste contexto interpretativo de uma nova perspectiva história em conflito com a História puramente positivista, encontrou fortes defensores nos nomes de Lucien Febvre que trabalhava estudando o século XVI e Marc Bloch cuja linha de pesquisa era o medievalismo. Estes tomaram a frente e são identificados como os líderes da primeira geração dos Annales. Estrasburgo entre os anos de 1920 e 1933 foi o local do desabrochar destas idéias. E em 15 de janeiro de 1929 sai o primeiro número da Revista dos Annales, intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, e nela a participação dos historiadores Bloch e Febvre é bastante presente, seu direcionamento para uma nova perspectiva.

Com a morte de Febvre, a direção passa para um dos seus alunos, Braudel, que toma uma abordagem mais geográfica, muito perceptível em sua obra *Mediterrâneo*. Este viés é visto com a “segunda geração dos Annales”. Geração que recebe críticas – Peter Burke também as faz em seu livro – sobre esta abordagem que transita e caminha ao lado do determinismo geográfico, tem seu mérito por ser uma abordagem



diferenciada, mas mesmo assim não foi de agrado para todos no que Peter Burke chama de “a era Braudel”.

E entre os anos de 60 e 70, Braudel se aposentou e a terceira geração dos *Annales* tomou um novo caminho prestando seus serviços para estudar a vivência social, os medos, a infância, por exemplo, mas esta pode ser identificada como a terceira geração dos *Annales*, entretanto, diferente das duas primeiras, não possui uma pessoa como seu representante. Seria composta, pois, pelos mais diversos autores que trabalharam com uma nova abordagem cultural percebendo o homem nas suas diversas situações, contextualizando este como fruto de um processo cultural, onde tudo pode ser visto com um olhar histórico, partindo das mais diversas fontes.

Esta forma interpretativa não fica apenas restrita a escritores e historiadores europeus. Transcende as suas fronteiras, influenciando autores brasileiros, que começam também a elencar novos objetos de estudo, com novas abordagens e interpretações. O estudo das famílias escravas entra neste contexto interpretativo, fornecendo novos caminhos para historiadores deste tema.

## **A família escrava no contexto da Nova História Cultural.**

É da tese de Caetano de' Carli o trecho abaixo:

Nas obras historiográficas sob a família escrava, há um debate que questiona até que ponto as relações de classe entre senhores e escravos teriam afetado a formação de laços familiares entre os cativos. Os autores clássicos como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Stanley Elkins e Franklin Frazier, mesmo sobre as percepções diferenciadas em relação ao sistema escravista brasileiro e norte-americano, comungavam a idéia de que a opressão social que os escravos sofreram teria ocasionado a não formação de famílias e a uma vida sexual promiscua. A partir da década de 70, alguns outros historiadores começaram a representar o desenvolvimento de laços familiares entre os escravos e suas conexões com as relações senhoriais. Eugene Genovese, Herbert Gutman, Robert Fogel, Stanley Engelman, Richard Price, Sidney Mintz, Manolo Florentino, José Roberto Góes e Robert Slenes, mesmo sob perspectivas diversas evidenciam que os escravos procuraram desenvolver laços familiares e que a vida familiar dos cativos não era ausente de moralidade. (CARLI, 2007: 7).

Assim, novas perspectivas são colocadas acerca do tema em questão, tirando-o de sua visão preconceituosa e jogando nova luz sob este tema.

Kátia Mattoso, uma escritora desta geração de 70, escreveu o livro *Ser escravo no Brasil*, e nele faz a defesa de uma nova proposta revisionista da questão do negro escravo, não apenas como vítima de um sistema opressor, mas antes alguém que vivia em luta com este sistema. Pessoas que se impunham de sua forma e lutavam dentro do sistema, explorando suas brechas para assim exercerem seu papel na sociedade.

As famílias escravas para Kátia são analisadas de forma diferente da visão tradicional, a qual ou nega sua existência, ou afirma que esta quando houve não passavam de amancebamentos, ou mesmo que o patriarcalismo e o regime de escravidão, tão descritos em Freyre e Florestan, não permitiram tais enlaces. Tira-lhes do papel de serem sempre vítimas do sistema patriarcal, e os coloca como sujeitos de suas histórias.

As lutas foram muitas. Tanto de uma pressão externa para o fim do tráfico, encabeçados pela Inglaterra, caçando navios negreiros no atlântico, como pressão interna por parte dos abolicionistas<sup>1</sup>.

Destas lutas surgiu a Lei Eusébio de Queiroz, lei nº581, assinada por Dom Pedro II no dia 4 de setembro de 1850. A lei possui dez artigos, do qual o mais conhecido é que está descrito no artigo primeiro que diz:

Art. 1º. As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação esta proibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos e trinta e um, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos.

Aquelas que não tiverem escravos a bordo, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos, serão

---

<sup>1</sup> A Inglaterra estava passando por sua segunda revolução industrial, e estava precisando cada vez de mais mercados para escoar seus produtos, principalmente têxteis. Havia de fato já um mercado consumidor no Brasil que absorvia grande parte dos produtos vindos da Inglaterra desde a abertura dos portos as nações amigas em 1808 com a chega da família real portuguesa. Mas o sistema escravista tinha suas limitações pois escravos não consumiam em larga escala, já que não recebiam salários, sendo suas compras ou por trabalhos de ganho ou quando seu senhor comprava para ele. A juventude intelectual brasileira fazia seus estudos na Europa e lá eram imbuídos de ideias libertárias. Os escravos brasileiros lutavam e resistiam com fugas ou lutas em quilombos contra os brancos. Havia já jornalistas e estudantes de direito partidários da abolição que veiculavam suas idéias em jornais locais, numa pressão tal de tantos lados que a abolição acabou por ser assinada no dia 13 de maio de 1888.

igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos. (Lei no Brasil, nº581, de 4 de set. 1850).

Assim o tráfico fica terminantemente proibido. E a entrada de escravos passa a ser feita ainda algumas poucas vezes por intermédio do tráfico.

Apesar das lutas, uma legislação que protegesse esses escravos veio tarde, mas o fato de haverem leis que protegiam suas necessidades devem ser ressaltada em sua importância, pois a lei ao mesmo tempo que legitima, reconhece a presença destas famílias na sociedade.

No artigo do professor Jonis Freire, destaca-se o seguinte trecho acerca do tema:

Uma das questões (...) diz respeito à quebra dos laços familiares antes e após a Lei de 28 de Setembro de 1871, que proibiu a separação de casais ou de pais e seus filhos menores de 12 anos.

[...]Portanto, ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade) [Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade dos Oitocentos (FREIRE, p.15)

Não vendo essa legislação como de fato obedecida, mas existia, e assim reconhecia-se legalmente a existência destas famílias escravas.

A autora Kátia Mattoso ressalta a constância desses laços familiares serem usados para prender os cativos nas terras do senhor, principalmente após 1850 quando o tráfico foi extinto através da Lei Eusébio de Queiroz (MATTOSO, 1982. p. 126). Os senhores perceberam que poderiam utilizar-se destes laços familiares entre os escravos, pois o forte elo sentimental prendia o cativo no seio da sua família e assim o senhor não se preocupava em perder seu escravo, por meio de fugas ou abandono de suas terras. Era bem mais complicado fugir com uma família inteira do que sozinho.

Sendo assim a própria dinâmica de parentesco entre escravos formando suas próprias famílias ou de enraizamento nas terras onde nasceram e trabalharam por toda a vida, (algumas vezes era cedido para o escravo lotes de terras para plantar), de certa forma poderia desestimular a luta contra o senhor, contra a situação de cativo ou as

fugas . São estas algumas questões levantadas por Robert Slenes em seu livro *Na senzala uma flor*, o qual trata das formações familiares na região sudeste do país, na região de Campinas.

Realidade que está sendo revista em diversas outras localidades como também no nordeste, como por exemplo na dissertação de mestrado defendida pelo professor Robson Pedrosa Costa, onde descreve as situações de residência desta cidade de Pernambuco, mostrando as relações dos escravos com seus senhores, destes com seus iguais, numa sociedade ainda nas bases de uma economia campesina nos últimos anos da escravidão.

Através de seu texto se tem uma noção de como os casamentos em senzalas eram mais fáceis quando ocorriam dentro do mesmo domínio. A praticidade de não se deslocar muito e mesmo a possibilidade que havia de terem uma porção de terra para si e assim ficarem mais próximos. Ter senhores diferentes seria inconveniente pela questão do deslocamento, já que não eram todos os escravos que podiam se deslocar livremente pelas terras de seu senhor ou fora delas.

Em sua análise Robson Pedrosa afirma sobre o desestímulo de casamentos entre escravos que não fossem dos mesmos senhores. E o casamento não era muito comum entre escravos de ganho, já que não conseguiam imprimir uma rotina que permitisse um convívio mais íntimo (em nível familiar) com outros escravos. A dinâmica de seu trabalho exigia deslocamentos diários, fossem vendedores, aguadeiros, lavadoras de roupa, transportadores de produtos e ao final do dia tinham que se recolher aos aposentos de seu senhor. De dia trabalhando e a noite recluso na casa do seu senhor. Assim não sobrava tempo para qualquer enlace mais duradouro como uma família.

Traziam consigo suas culturas. E para estes escravos o casamento, como cita João José Reis, os casamentos na África para algumas tribos, eram momentos de rituais, longos, de dias, com toda a sua simbologia, que não pode ser reproduzida no Brasil, pelo fato de estarem estes negros num outro contexto cultural, social e político (REIS, 2003: p. 390-417).

Reis mostra que nas conformações familiares escravas, por exemplo, nas cidades baianas, como em Salvador em casos que registrou em 1835, os “conjugues” podiam dividir o mesmo teto de uma casa alugada, na cidade, ter um pedaço de roça dentro das

terras do senhor, ou mesmo não ser apenas a conformação marido-mulher-filhos, mas incluir no seio da família amigos, colegas de travessia (malungos)<sup>2</sup> ou mesmo laços consangüíneos dos mais diversos como tios, maridos, sobrinhos, esposas. (REIS, 2003: 413).

Os documentos, tanto para os autores brasileiros da década de 30 do século XX, assim como a década de 70 do mesmo século foram, entre outros, os relatos de viajantes, que influenciaram suas leituras de diferentes formas. Os primeiros fizeram a leitura destes documentos numa sociedade que ainda vivia as sombras de uma recente abolição. Já a geração de 70, influenciados pela Nova História, fizeram dos mais variados temas seus objetos de estudo, entre eles, as famílias escravas, deixando esta temática de ser apenas um apêndice da sociedade para ganharem estudos próprios de seu papel na sociedade brasileira.

Estudar estas unidades familiares é fazer um esforço de entender esse hibridismo cultural no que concerne aos relacionamentos que se formaram entre escravos. É ascender um farol e percorrer um caminho já trilhado, mas não de todo explorado.

Investigar sobre as famílias escravas é antes de tudo perceber os diferentes contextos em que foram descritos. Entender que Casa Grande e Senzala é um livro fruto do contexto da geração de 30 do século XX e reproduz em suas linhas muito do contexto do que pensava a intelectualidade acerca do tema das famílias escravas. E compreender o papel na Nova História Cultural, e como foi relevante para uma nova escrita ou uma nova descrição de vários aspectos das sociedades, entre estes a família escrava.

As tentativas atuais historiográficas, de se utilizar de novos objetos, de novas fontes, de abordagens diversas sobre os mais variados assuntos, de se unir com outras ciências para assim tentar uma compreensão melhor do que se está estudando, se colocam no sentido de criar o panorama de um melhor entendimento na intenção de não ser unilateral em suas análises. Mas antes disso, que as abordagens desta nova iniciativa historiográfica e metodológica, sejam base não para a formação de conceitos preconceituosos, mas base para um melhor entendimento da História nacional, livre de

---

<sup>2</sup> Ver em SLENES, Robert W. “Malungu, Ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil. In. **Caderno Museu Escravatura**. Luanda. Ministério da Cultura, 1995.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

vieses tendenciosos, onde o direito de vez e voz seja dado aos diversos níveis, aspectos e nichos da sociedade.

Os estudos sobre as relações familiares escravas, são uma nova abordagem de um caminho já extenuamente estudado, mas ainda prova de que o mesmo caminho pode apresentar curvas, desvios ou atalhos nunca antes trilhados.

## Sites

BRASIL. Lei no. 581, de 4 de setembro de 1850. “Lei Eusébio de Queiroz”. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-de-extincao-do-trafico-negro-no-brasil.html> Acesso em: 26 jun. 2010.

FREIRE, Jonis. **O Parentesco e a estabilidade das famílias escravas nas Minas Gerais oitocentista**. p.15. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A035.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A035.pdf) Acesso em: 05, jun de 2010.

## Bibliografia

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CARLI, Caetano De'. **A família escrava no sertão Pernambucano**. 2007. 110 f. Pág. 7 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília 2007.
- COSTA, Robson Pedrosa. **Cotidiano e Resistência nas últimas décadas da escravidão, Olinda 1871-1888**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. CAROTT, Frederico. (trad.). 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha, **A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços de cura Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife**, 2004.
- REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SLENES, Robert W. “Malungu, Ngoma vem!”: África encoberta e descoberta no Brasil. In. **Caderno Museu Escravatura**. Luanda. Ministério da Cultura, 1995.
- \_\_\_\_\_, Família Escrava e Trabalho. Tempo - **Revista do Departamento de História da UFF**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 37-42, 1998.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL